

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 62 - Brasília, sexta-feira, 25 de agosto de 1995



Lucídio Portella



Sebastião Rocha

Registro de clínicas de emagrecimento

Os Spas não precisarão mais ser registrados no Ministério da Saúde. Será obrigatório apenas o registro nas secretarias de saúde do estado e do município onde o estabelecimento se localizar. A determinação está contida em projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A medida visa atender ao conceito constitucional de descentralização das ações de saúde. **Página 4**

Agricultores perdem terra, denuncia Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu ao governo que promova a redução dos juros aos pequenos agricultores, na reedição da medida provisória que regulamenta os financiamentos obtidos através dos fundos constitucionais. Mauro informou que 3 mil pequenos produtores, ameaçados de perder suas terras, estiveram em Brasília. **Página 2**



Homenagem a Zumbi no tricentenário

O próximo dia 20 de novembro, quando será celebrado o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, poderá ser feriado nacional. Essa determinação está contida em projeto aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Educação (foto). De autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), a proposta deverá ser encaminhada à Câmara dos Deputados. **Página 4**

Senado chama Jatene para debater Saúde

Financiamento ao setor, cujo déficit alcança R\$ 3,2 bilhões, preocupa os senadores

O Senado aprovou ontem requerimento solicitando a convocação do ministro da Saúde, Adib Jatene, para prestar esclarecimentos em plenário sobre a política de financiamento da saúde. A data ainda não foi definida.

O autor da proposta, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), entendeu que, apesar de o ministro já ter comparecido à Comissão de Assuntos Econômicos, o problema da falta de verbas para o setor de saúde deve envolver o conjunto dos senadores.

Ao justificar seu pedido, o senador pelo Amapá advertiu que o Ministério da Saúde já registra um déficit de R\$ 3 bilhões e 261 milhões em 1995 e que os recursos orçamentários para custeio e investimento previstos para este ano são 13% inferiores aos de 1994.

CONTRIBUIÇÃO

A proposta de criação de uma Contribuição sobre Movimentação Financeira, de 0,25%, para suprir emergencialmente as carências do sistema de saúde, foi defendida pelo senador

Lucídio Portella (PPR-PT), que exortou os representantes da sociedade civil a pressionarem pela adoção de medidas que ponham fim à situação degradante vivida pelo setor.

A crise no sistema de saúde ultrapassou todos os limites da tolerância, e passa a exigir um posicionamento da cidadania em favor dos seus direitos constitucionais - afirmou.

DIREITO

Lucídio Portella lembrou que a saúde continua sendo, formalmente, direito de todos e dever do Estado, conforme estabelece o artigo 6º da Constituição, e advertiu que "diante do silêncio do Estado, a afirmação do direito passa a ser dever de todos, pois, diferencialmente de outras responsabilidades sociais, a saúde não pode ficar à espera da ajuda que nunca chega".

Para o senador, a sociedade deve manifestar-se a favor da criação da CMEF, para socorrer de imediato a população desassistida, sem abrir mão, porém, de cobrar do governo soluções definitivas para a questão da saúde no Brasil.

NESTA EDIÇÃO

**Em debate,
privatização
da Vale**

Página 3

**Entidades
discutem Lei
de Patentes**

Página 3

Chefia do EMFA poderá ser exercida por oficial da reserva

Projeto aprovado pelo Senado e encaminhado à sanção altera lei que prevê o exercício do cargo por oficial-general da ativa

O Senado aprovou ontem projeto determinando que, a critério do presidente da República, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) poderá permanecer no cargo caso seja transferido para a reserva remunerada em seu exercício. O projeto, aprovado na Câmara e que vai agora à sanção presidencial, altera um parágrafo da Lei Complementar nº 69/91, que dispõe sobre as normas de organização, preparo e emprego das Forças Armadas.

De iniciativa do presidente da República, o projeto foi elaborado pelo atual chefe do EMFA, general-de-Exército Benedito Onofre Bezerra Leonel, com o objetivo de adequar a lei à norma constitucional que define quem pode exercer o cargo de ministro de Estado. Pela norma em vigor, a chefia do EMFA só pode ser exercida por oficial-general da ativa.

O Senado aprovou outros dois projetos originários da Câmara que deverão ir à sanção presidencial. Um deles obriga à verificação periódica

das condições de estabilidade e conservação das obras de arte, pontes, viadutos e barragens cuja ruptura implique riscos à segurança das pessoas ou prejuízos à economia, à propri-

idade ou ao meio ambiente.

O outro projeto aprovado incluiu o município paulista de São Bento do Sapucaí na área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira.



Sarney recebe os ministros Sardemberg (C) e Gandra

Ministros pedem apoio ao Sivam

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu ontem aos ministros Mauro Gandra, da Aeronáutica, e Ronaldo Sardemberg, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que conversará com as lideranças partidárias para que seja apressada a tramitação dos cinco projetos de resolução relativos ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Os projetos integram o pedido do governo para que o Senado autorize a contratação de crédito externo destinado ao gerenciamento do Sivam. Essa autorização já foi dada pelo Senado, mas tornaram-se necessárias mudanças no texto, porque a empresa Esca, que ia fazer o software do sistema, não participa mais do projeto.



Mauro Miranda

Mauro propõe juro menor para o campo

Cerca de três mil pequenos produtores rurais, com áreas menores que 70 hectares, vieram a Brasília reivindicar uma redução nos juros agrícolas porque se encontram sob risco de perder suas terras para pagar empréstimos bancários.

O fato foi comunicado ontem ao plenário pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Ele lembrou que termina no próximo dia 27 o prazo para a reedição da Medida Provisória nº 1.078, que regulamentou os financiamentos obtidos através dos fundos constitucionais, e sugeriu ao governo que, ao baixar a nova MP, promova a redução dos juros para os pequenos produtores.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Sessão não deliberativa.

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das comissões para a semana

Terça-feira (29.08.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião secreta destinada a debates com os secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal, sobre modificações na Resolução nº 11/94-SF, que trata da dívida dos estados. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h - Comissão Especial destinada a analisar a programação de Rádio e TV no País

Pauta: Exposição do diretor artístico da Divisão Internacional da Rede Globo, Geraldo Casé. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre meios de transportes, articulação intermodal e escoamento da produção. Palestrantes: presidente da Valec Engenharia, Luiz Raimundo Azevedo; presidente da RFFSA, Isaac Popovitch; secretário de Energia, Transportes e Comunicação do Estado da Bahia, deputado Eraldo Tinoco; diretor-geral do DNER, Tarciso Delgado; e presi-

dente do Geipot, Carlos Alberto Vanderlei Nóbrega. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (30.08.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Discussão do PLC nº 115/93, que regula direitos e obrigações relativos a propriedade industrial. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (31.08.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Tomada de depoimentos de representantes de diversos segmentos da sociedade. Local: Assembleia Legislativa de Belo Horizonte.

Sexta-feira e sábado (1º e 2.09.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Tomada de depoimentos de representantes de diversos segmentos da sociedade. Local: Câmara Municipal de Governador Valadares.



José Eduardo Dutra

Vale voltará a ser discutida na terça-feira

Após ampla discussão, foi adiada para terça-feira (dia 29) a votação do projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estabelecendo que a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de suas subsidiárias, controladas e coligadas dependerá de autorização do Congresso Nacional.

Na sessão de ontem, os líderes do governo, Elcio Álvares (PFL-ES), e do PFL, Hugo Napoleão (PI), apoiaram o pedido de adiamento apresentado pelo líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE).

Os demais líderes partidários, exceto os do PSB e do PPS, que não estavam presentes, manifestaram-se contrários ao adiamento. Com a declaração do líder do PFL de que seu partido se colocaria em obstrução, o líder do governo pôde pedir verificação de quórum. O projeto e o pedido de adiamento não chegaram a ser votados.

O líder do PMDB, senador Jádor Barbalho (PA), insistiu em que o valor estimado para a venda da Vale do Rio Doce, "uma empresa bem gerenciada", representa pouco mais que o dobro dos R\$ 3,5 bilhões já despendidos pelo Banco Central com o Banco Econômico. Pelos cálculos do senador, se a Vale poderá ser comprada por R\$ 16 bilhões, metade disso já é propriedade do governo e este só lucrará R\$ 8 bilhões com a venda da empresa.

Entidades apóiam mudança na Comissão de Orçamento

Proposta cria audiências públicas com representantes do governo e da sociedade civil e reduz a dez o número de emendas individuais

O senador José Fogaça (PMDB-RS) recebeu ontem um manifesto assinado por entidades da sociedade civil, entre as quais o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), presidido por Herbert de Souza, o "Betinho", defendendo a reformulação da Comissão Mista de Orçamento, nos termos do Projeto de Resolução nº 04/95.

O projeto, elaborado por

Comissão Mista Especial presidida por Fogaça, cria audiências públicas com representantes do governo e da sociedade civil, reduz a dez o número de emendas individuais, e prioriza as emendas coletivas na votação, entre outros mecanismos visando evitar manobras clientelistas na



José Fogaça

votação do Orçamento.

Ao receber a manifestação das entidades, José Fogaça disse que a reforma da Comissão de Orçamento proposta pelo projeto de resolução "é o maior sinal de modernização política que o Congresso pode dar à sociedade e ao país".

Novas sugestões à Lei de Patentes

O projeto de Lei de Patentes, em exame pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, exige do país mais concessões que os estabelecidos por acordos internacionais que tratam da questão. A conclusão é do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, realizado ontem, no Senado.

O fórum, que reuniu cerca de 350 entidades da sociedade civil, defendeu várias modificações no projeto, entre as quais a não-concessão de patentes na área de biotecnologia, a ampliação do prazo de transição até a nova lei e a rejeição do *pipeline* - aplicação retroativa da nova Lei de Patentes sobre produtos e processos não patenteáveis

pela legislação vigente.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o país deve optar pelo prazo máximo concedido pela Organização Mundial de Comércio (OMC), de 10 anos, para que o reconhecimento de patentes entre em vigor.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que relatou o projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, espera que a Comissão de Assuntos Econômicos aprove o projeto de Lei de Patentes nas próximas duas semanas. Isso significa, a seu ver, que o projeto será votado pelos senadores, em plenário, ainda em setembro, voltando a seguir à Câmara dos Deputados, se receber modificações.



Suassuna



Suplicy

Benedita teme privatização da Petrobrás

O governo vem empregando a palavra "flexibilizar" para obter do Congresso Nacional concordância para privatizar empresas estratégicas, como no caso das companhias de telecomunicações. O alerta foi feito ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que considerou a palavra "flexibilizar" muito poderosa, cujo significado nem todos compreendem.

A senadora disse esperar que o Executivo não tente privatizar a Petrobrás tendo por base a possível flexibilização do monopólio estatal do petróleo, já aprovada pela Câmara e que deve ser votada em setembro pelos senadores. Benedita da Silva considerou inaceitável que empresas estrangeiras entrem no país, com as mudanças constitucionais votadas pelo Congresso, para competir com empresas nacionais, como no caso da Petrobrás.

Correção

O *Jornal do Senado* divulgou na edição de ontem (dia 24), incorretamente, que a Convenção nº 87 da OIT (sobre liberdade sindical) havia sido aprovada pelo plenário. Na verdade, a mensagem a respeito foi retirada da ordem do dia, por força de dispositivo regimental, para que seja sanada falha de instrução. Após manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a convenção, ela retornará à apreciação do plenário.

Aprovada alteração no registro de Spas

Clínicas de emagrecimento não precisarão mais ser registradas no Ministério da Saúde, mas apenas nas secretarias estadual e municipal de Saúde

Comissão debate teses que Brasil defenderá na ONU

A participação do Brasil nas comemorações do cinquentenário da Organização das Nações Unidas (ONU), programadas para o próximo mês, foi debatida ontem em reunião secreta da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Para expor a pauta de temas e as teses que o país defenderá na próxima Assembleia-Geral da ONU, compareceu à comissão o embaixador Celso Amorim, chefe da delegação brasileira junto àquele organismo.

Morte de Getúlio é lembrada por Simon e Bezerra

"Que pena que este país não tenha memória", afirmou ontem o senador Pedro Simon ao lembrar a passagem dos 41 anos da morte do ex-presidente Getúlio Vargas.

A data também foi lembrada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao notar que o povo não esquece o mito, apesar de os jornais não fazerem alusão à data que "marcou o fim de um homem da maior envergadura política que este país já viu".

Simon disse que Getúlio chegou ao suicídio após "a mais sôrdida, a mais cruel, a mais desumana e mais injusta campanha".



Requião(E) preside reunião da Comissão de Educação

Tricentenário de Zumbi recebe homenagem de Comissão

A Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovou ontem de manhã, em caráter terminativo, projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) instituindo feriado nacional no próximo dia 20 de novembro, quando será celebrado o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. O relator da matéria foi o senador José Bianco (PFL-RO).

Também foi aprovado em votação terminativa projeto do senador Lauro Campos (PT-DF), determinando que órgão técnico do Executivo padronize o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA).

Proposta do senador Odacir Soares (PFL-RO), estabelecendo a criação do Dia Nacional do Seringueiro, teve parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC), como relatora, e foi aprovada pela comissão de forma terminativa.

Dois projetos do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), autorizando o Executivo a criar escolas técnicas federais em Muricilândia e Miracema, ambos relatados pelo senador João Rocha (PFL-TO), foram igualmente aprovados pela Comissão de Educação em caráter terminativo.

Os projetos votados terminativamente pela comissão irão diretamente para deliberação da Câmara, se não houver recurso para apreciação dessas matérias pelo plenário do Senado.

As clínicas especializadas em emagrecimento e no trato da obesidade deverão obter licença para funcionamento junto às secretarias estadual e municipal de Saúde, e não mais no Ministério da Saúde, conforme estabelece emenda da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE). A emenda deve ser apreciada ainda pelo plenário do Senado.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou também emenda da Câmara a projeto de iniciativa do Senado que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna.

Conforme esclareceu o relator, senador Onofre Quinan (PMDB-GO), a emenda visa a evitar redundância, já que o dispositivo que pretende retirar do projeto, relacionado a apreensão de peles e de outros produtos de animais, já é contemplado naquela lei.

Outro projeto aprovado, oriundo da Câmara, altera dispositivos da Lei nº 3.820/60, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia, visando aperfeiçoá-los e atualizá-los com a realidade atual do país. O projeto foi relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE) e, a exemplo das outras matérias aprovadas pela comissão, depende ainda de deliberação do plenário.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** – Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**